



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS QUE REGULAMENTAM O CONCURSO PÚBLICO – DOCUMENTO RETIFICADO

Estas Instruções Específicas, o Edital nº 25/2023, a Resolução nº 17/2017, do Conselho Universitário - CONSU, o Edital de Condições Gerais nº 15 de 02 de fevereiro 2018, publicado no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2018 e demais legislações pertinentes, disciplinarão o Concurso Público para Professor de Magistério Superior, não cabendo a qualquer candidato alegar desconhecê-lo.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde ou Ciências Biológicas ou Ciências Agrárias

CURSO: Nutrição.

LOCAL: *Campus JK* – Diamantina - MG

1. DA TITULAÇÃO

Graduação em Nutrição E Registro no Conselho de Nutrição Ativo E Doutorado em: Ciências da Saúde (Subáreas- Nutrição, Medicina I e II, Enfermagem, Saúde Coletiva) ou Ciências Biológicas (Subárea - Ciências Biológicas II) ou Ciências Agrárias (Subárea - Ciência de Alimentos).

2. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Política Nacional de Alimentação e Nutrição.
2. Programa de Alimentação Escolar.
3. Determinantes e papel da Segurança Alimentar e Nutricional no mundo e no Brasil
4. O trabalho intersetorial do nutricionista.
5. Os níveis de atenção à saúde e suas estratégias de funcionamento.
6. Programa Saúde na Escola
7. Aspectos Práticos do Planejamento da alimentação para escolares da educação básica de acordo com instruções do Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE,
8. Aspectos higiênico-sanitários no Processo Produtivo das Unidades de Alimentação e Nutrição
9. Evolução e correlação dos métodos de avaliação dietética com marcadores bioquímicos e tratamento dos dados, análise e construção das informações dietéticas.
10. Utilização dos métodos de avaliação dietética em investigações na epidemiologia nutricional.

3. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

1. AGUIAR, J. A.; CALIL, R. M. (2016). Análise e avaliação das especificações dos alimentos contidas em editais de chamadas públicas do PNAE. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology)* – *Visa em Debate*, 4(2), 79–87. <https://doi.org/10.3395/2317-269x.00580>
2. AGUIAR, Jeanice de Azevedo; CALIL, Ricardo Moreira. *Nutrição e administração nos serviços de alimentação escolar*. São Paulo, SP: Marco Markovitch, 1999. 80 p. ISBN 8585484519
3. AMORIM, A.L.B., JUNIOR, J.R.S.R, BANDONI, D.H. , Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Rev. Adm. Pública* 54 (4) • Jul-Ago 2020, disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200349>

4. BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no PNAE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/>

[manuais-e-cartilhas/manual-para-aplicacao-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/manual-para-aplicacao-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae)

5. BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cadernos de Legislação 2022. FNDE/PNAE. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/CADERNODELEGISLAO2022atualizadaltimaverso.pdf>

6. BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/manual-de-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar>

7. BRASIL, Ministério da Educação. Manual orientativo para formação de manipuladores de alimentos. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/manual-orientativo-para-formacao-de-manipuladores-de-alimentos>

8. Brasil. (1997) Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Estabelece a necessidade do constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos, visando a proteção da saúde da população. Diário Oficial da União, Brasília.

9. Brasil. (2003). Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo.

10. Brasil. (2018). Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 68.

11. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2004). Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. <http://elegis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=12546>.

12. BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016/2019. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf

13. Brasil. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual Plan PNAE: Ferramenta de Planejamento de Cardápio. Brasília: MEC; 2017.

14. Brasil. Ministério da Educação. Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do PNAE / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília : FNDE, 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/10493-manual-de-apoio-para-as-atividades-t%C3%A9cnicas-do-nutricionista-no-ambito-do-pnae>

15. BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Caderno de Legislação 2021**. Brasília: 2021. 496p.

16. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf

17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Passo a passo PSE** : Programa Saúde na Escola : tecendo caminhos da intersetorialidade / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 46 p. : il. – (Série C. Projetos, programas e relatórios).

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: 2013. 84 p
19. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Manual de Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. MDS/CAISAN. Brasília:2014. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/manual-de-estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade>
20. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf
21. BRASIL. Secretaria de Estado da Saúde/Centro de Vigilância Sanitária. Portaria CVS 5, de 09 de abril de 2013. DOE de 19/04/2013 - nº. 73 - Poder Executivo – Seção I – pág. 32 – 35. Aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, e o roteiro de inspeção.
22. Cardápios da Alimentação escolar – Educação básica – Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica.pdf> – Acesso 11/03/2022
23. COMINETTI, C., COZZOLINO, S. M. F. **Recomendações de nutrientes**. 2. ed. -- São Paulo : ILSI Brasil-International Life Sciences Institute do Brasil, 2017. -- (Série de publicações ILSI Brasil : funções plenamente reconhecidas de nutrientes). <https://ilsibrasil.org/wp-content/uploads/sites/9/2017/07/Fasc%C3%ADculo-RECOMENDACOES-DE-NUTRIENTES.pdf>
24. CONASEMS. **Vigilância em saúde nos municípios** [livro eletrônico]: caderno de textos. FERREIRA, MC; ZUBEN, APB. Campinas, SP: IPADS, 2020. PDF
25. Conselho Federal de Nutricionistas. (2010). Resolução CFN No 465, de 23 de Agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. https://www.cfn.org.br/wpcontent/uploads/resolucoes/Res_465_2010.htm
26. Conselho Federal de Nutricionistas/Conselho Regional de Nutricionistas. Roteiro de Visita técnica: alimentação Escolar (gestão pública), CFN/CRN9: Brasília. 2018. Disponível em: <https://crn9.org.br/wp-content/uploads/2021/01/alimentacao-escolar-gestor-publico.pdf>
27. COSTA, C, TAKASHI, R, MOREIRA, T. Segurança Alimentar e inclusão social: A Escola na promoção da saúde infantil. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.
28. **Decreto nº 10.713, de 7 de junho de 2021**: Dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2021/Decreto/D10713.htm#art10
29. Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007: Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6272.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206272&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.272%2C%20DE%2023,Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional%20%2D%20CONSEA.
30. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010: Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>.
31. ENCARNAÇÃO, G. A. da .; REIS, J. P. D. dos .; FERREIRA, V. L. de O. .; FERREIRA, J. C. de S.; FIGUEIREDO, R. S. . Quality in services of the Food and Nutrition Unit - UAN in times of Covid-19. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 13, p. e145101321230, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21230. Disponível em; <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21230>. Acesso em: 11 mar. 2022.
32. FAQUETI, A. **Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersectorialidade** [recurso

eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina. Florianópolis: CCS/UFSC, 2019. 199 p.

33. FISBERG, Regina Mara. **Inquéritos alimentares: métodos e bases científicas**. Barueri, SP: Manole, 2005. 334 p. ISBN 8520416381
34. GOMES JUNIOR, W. R. Políticas educativas e direitos de cidadania: programa saúde na escola./Wellington Ramos Gomes Junior, Neilton da Silva. Cruz das Almas, BA: Mestrado Profissional em Gestão Pública e Segurança Social (PPGPSS-UFRB, 2021. 26p.; il. (fascículo, v.4).
35. JAIME, Patrícia Constante. Políticas públicas de alimentação e nutrição. [S.l: s.n.], 2019.
36. KAC,G; SICHIERI,R; GIGANTE, DP. (org). **Epidemiologia Nutricional**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Atheneu. 2007. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/rw5w/pdf/kac-9788575413203.pdf>
37. KRAUSE, Marie V.; MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. **Krause, alimentos, nutrição e dietoterapia**. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. xxvi, 1351[4] p. ISBN 9788535229844
38. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006: Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>.
39. LOPES, Hellen. Guia para Elaboração dos Procedimentos Operacionais Padronizados: exigidos pela RDC 275 da ANVISA. São Paulo, SP: Editora Varela, 2004.236 p. ISBN 8585519770.
40. MARCHIONI, DML; GORGULHO,BM, [STELUTI](#), J. **Consumo alimentar: guia para avaliação**. Ed Manole. Barueri – SP: 2019.
41. MONTEIRO, Jacqueline Pontes ((coord.)). **Consumo alimentar: visualizando porções**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. 80 p. (Nutrição e metabolismo). ISBN 9788527712590.
42. PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Nutrição e técnica dietética**. São Paulo, SP: Manole, 2003. 390 p. ISBN 852041527X
43. Resolução CD/FNDE no 6, de 08 de maio de 2020. (2020). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. <http://www.fnde.gov.br/index.php/acesoinformacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>
44. SHILS, Mauice E. **Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença**. São Paulo, SP: Manole, 2003. 2 v. ISBN 8520411207 (v.1)
45. SICHIERI, R; PEREIRA, RA. **Consumo Alimentar e Obesidade: teorias e evidências**. Editora FIOCRUZ, 2022. ISBN: 9786557081273, eISBN:9786557081648, DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557081648>
46. SILVA JÚNIOR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico- sanitário em Serviços de Alimentação. 6.ed.atual.São Paulo, SP: Livraria Varela, 2007. 623p.
47. VALENTE, F.L.S. Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas. Ed. Cortez. São Paulo, 2002. 272p.
48. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. **Avaliação nutricional de coletividades**. 4 ed. rev ampl e md. Florianópolis, SC: UFSC, 2008. 186 p. ISBN 9788532803757.